

O poder do Brasil na política externa

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

O ano de 2023 terminou, e o tratado entre a União Europeia e o Mercosul não foi assinado. Não se fala mais nisso porque o presidente da França, Emmanuel Macron, disse ser contra o acordo mal redigido e mal negociado. O que ele não disse é que, em seu país, boa parte da economia tem fortes ligações com o Estado. Há subsídios por todos os lados. No caso da agricultura, que é ineficiente e cara, o setor não conseguiria competir em preço e qualidade com produtos brasileiros e argentinos. Além disso, os europeus, sobretudo os franceses, são ciosos de suas vantagens comparativas e continuam a enxergar os povos do sul como habitantes de suas colônias. São os povos de “la bas”, lá de baixo.

O ministro Mauro Vieira, das Relações Exteriores, deve ter batido algum recorde de viagens internacionais. Ele esteve nos quatro cantos do mundo em busca de soluções em alto nível no concerto das políticas internacionais. O trabalho foi importante, mas os resultados são desproporcionais ao esforço despendido. O Brasil não ficou bem na fita quando o presidente Lula deu controvertidas declarações sobre a guerra Rússia x Ucrânia. Ele chegou a ser classificado como adversário do Ocidente. Além disso, recebeu o chanceler russo, Sergey Lavrov, que saiu daqui dizendo que Brasília e Moscou tinham posições semelhantes.

O mesmo ocorreu em relação à estranha e inoportuna recepção que Lula concedeu a Nicolás Maduro no início de seu mandato. O objetivo era pacificar a política sul-americana, mas ocorreu o contrário. Os presidentes da Colômbia, do Chile e do Uruguai não gostaram da iniciativa e protestaram. Depois de ser acolhido em Brasília, Maduro, que começou a negociar com os norte-americanos alívio nas sanções desde que retomasse o caminho democrático, anunciou a disposição de anexar dois terços do território da Guiana, antiga Guiana Inglesa. A relação entre Brasil e Venezuela, especialmente entre Lula e Maduro, se deteriorou rapidamente.

O Brasil presidirá a reunião do G20, o grupo das 20 maiores nações do mundo, que vai se encontrar no Rio de Janeiro, no fim deste ano. E a diplomacia nacional conseguiu levar para Belém a COP30, que será realizada no próximo ano. São esforços relevantes para recolocar o país no mapa da diplomacia internacional. Mas o presidente Lula deixou de comparecer a Davos, onde os ricos se encontram para definir os destinos do mundo.



Javier Milei, o argentino anarcocapitalista, foi lá e deu seu recado. O Brasil foi representado pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, cujo discurso é previsível em defesa do meio ambiente.

Na guerra entre Israel e o grupo Hamas, os brasileiros descobriram que esse é assunto da diplomacia de Washington. O Brasil não foi ouvido nem consultado sobre o inferno que desabou sobre a Faixa de Gaza. Itamaraty e FAB montaram, com eficiência, uma operação para retirar brasileiros que estavam no cenário da guerra, trouxeram também parentes e animais de estimação. Sem cobrar nada. Os ingleses e os norte-americanos retiraram seus nacionais, mas cobraram as passagens. A guerra prossegue, e as ideias de paz levantadas pelos brasileiros não foram objeto de qualquer análise. Lula pregou no deserto.

A política externa foi o principal objetivo do primeiro ano do governo Lula. O presidente visitou 24 países. Nesta semana, iniciou a etapa de visitar todos os estados do país. O foco agora é a eleição municipal. Apesar das boas relações com os governos europeus, ele percebeu que, no momento de assinar o acordo, eles respondem aos

próprios interesses. Agora, a tentativa é fazer o acordo entre China e Mercosul para evitar que o Uruguai, sozinho, faça seu tratado com Pequim.

A intensa movimentação que ocorreu no Itamaraty ano passado demonstrou aos diplomatas que o poder do Brasil, o chamado soft power, tem limites. As grandes potências assumem os principais temas e não abrem espaço para ninguém. Resta ao Brasil e seu voluntarioso presidente falar de meio ambiente, discutir comércio e integração no âmbito latino-americano. Nada mais. Não custa lembrar que, se Trump for eleito para a Presidência dos Estados Unidos, tudo isso mudará. Israel e Rússia ganharão novo aliado em suas guerras. E Bolsonaro voltará a ter sonhos presidenciais.

Errei: a Petrobras informou que não construiu novo aeroporto na cidade de Oiapoque, no norte do Amapá, como afirmei no artigo da semana passada. A empresa esclarece que apenas reformou o aeródromo lá existente para dar apoio ao trabalho de pesquisa que tem a duração prevista de cinco meses. O aeroporto já estava em funcionamento para atender às Forças Armadas e à aviação privada.

Liderança é escuta: o equívoco no biodiesel

» PATRÍCIA BOSON
Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Paulo Delgado, em seu artigo *Escritores e a política internacional* (*Estado de Minas*, 14/01) expõe importante questão nacional: “Nossos piores males são as escolas e a política, onde nossos professores e líderes ensinam sem aprender”. Claro, acrescento, com raras e boas exceções. A sentença me inspira a apontar equívocos de uma política pública fortemente apoiada pela mídia. Falo do calendário de aumento do percentual do biodiesel no diesel, em nome da nossa contribuição para a transição energética. Como não acredito em má-fé, ao menos na maioria dos defensores dessa pauta atribuo o equívoco ao desconhecimento ou ao não aprendizado de questões básicas, como a definição do biodiesel no Brasil.

Em norma nacional, o biodiesel é composto de alquil ésteres de ácidos carboxílicos de cadeia longa. Nenhuma outra rota tecnológica pode ser caracterizada como biodiesel (no Brasil, destaque). Qualquer outra rota tecnológica é caracterizada como biocombustível, mas não como biodiesel. Biodiesel é, e somente é, se de base éster.

Essa questão, por si só, incita indagações. Eis que se vale de um conceito amplo para biodiesel: todo biocombustível derivado de biomassa utilizado em motores de ciclo diesel é biodiesel (Lei nº 11.097/05). Assim, a diminuição progressiva do uso do diesel (fóssil), que qualquer cidadão preocupado com a temática das mudanças climáticas quer, poderia se dar por meio do aumento percentual, por exemplo, do diesel verde ou do diesel renovável. Interessante comentar que a mesma agência, a ANP, que limitou a definição do biodiesel a uma única rota tecnológica inclui cinco opções de tecnologia de produção do diesel verde, tal como o HVO — hydrotreated vegetable oil, ou óleo vegetal hidrotreatado.

Esse aprendizado — o conhecimento de que o biodiesel não compreende mais de uma rota tecnológica de biocombustível — é da maior importância, pois esclarece o posicionamento, a favor do meio ambiente, daqueles que, com base técnico-científica, chamam a atenção para os riscos do aumento do percentual do biodiesel, de base éster, sem estudos e testes mais detalhados.

No contexto, outro importante aprendizado. Desde que os aumentos percentuais do biodiesel (de base éster) foram definidos acima de 10%, sem que nunca o usuário final, o transportador, fosse minimamente ouvido, a entidade representante desse segmento, a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), vem recebendo inúmeras queixas, dos seus associados, sobre problemas graves em seus motores e um aumento gigantesco dos custos operacionais e de manutenção.

Coube à CNT, assim, em parceria e com o apoio de grandes empresas transportadoras, implementar pesquisas para a escuta desses problemas e encomendar testes, estudos e avaliações. As pesquisas junto aos usuários e associados da CNT são muito reveladoras e preocupantes. Em torno da metade relatou, ainda com o percentual em 10%, muitos problemas com consequências sérias sobre suas operações e seus custos.

Mas o que mais chamam a atenção são os estudos realizados pela Universidade de Brasília (UnB) e os testes de campo e laboratoriais conduzidos por importante grupo empresarial do transporte urbano, sediado em São Paulo, utilizando-se de todas os requisitos normativos de qualificação do biodiesel, desde sua gênese até o armazenamento.

Resumindo: há perda de eficiência energética, sendo que o impacto disso são adicionais de 9,5% a 15% no consumo de diesel em caminhões e de 8% a 20%, em ônibus. Um impacto para o transportador da ordem R\$ 24,71 bilhões, com aumento de consumo de até 4,03 bilhões de litros (a repercussão na mobilidade e em toda cadeia de distribuição, inclusive de alimentos). Os resultados dos testes e estudos para o B15 potencializam outros problemas com consequências ainda maiores sobre os custos operacionais, como intervalo de troca de filtros da frota, aumentando quantidade e custos em até 723% e a paralisação dos motores (formação de borra ou cristalização em baixas temperaturas).

Entretanto, ainda mais grave, é o impacto ambiental, como demonstram os estudos e os testes realizados, representado pelo acréscimo de 5% das emissões do setor de transporte. São 10,66 milhões de toneladas de CO₂ equivalente a mais lançadas na atmosfera involuntariamente pelo transportador, pois não lhe deram o direito de fala e de escuta.

Por fim, ouvir o consumidor final, especialmente o transportador, bem como os usuários de geradores de energia a diesel como única opção e, não raro, emergencial, tais como os hospitais, além de ser conteúdo básico para a pauta da justiça climática, fornece muito aprendizado. Afinal, o grande líder é aquele que escuta e quer aprender.

Investimento social na educação, a meta essencial para 2024

» ROSANE CHENE
CEO e cofundadora da ONG Projeto Amigos da Comunidade (PAC)

O fim do ano é o momento em que empresas e organizações analisam suas conquistas e traçam metas e estratégias para o ano seguinte. Entretanto, quando o tema é investimentos em iniciativas ESG (Ambiental, Social e Governança, em português) é cada vez mais raro encontrar, entre as metas das empresas, algo que é tão importante quanto a governança e o meio ambiente: as ações focadas no investimento social.

Ao pensar em ações sociais, a primeira reflexão é sobre o papel da iniciativa privada na formação profissionalizante de jovens para o mercado de trabalho. De acordo com o Censo Escolar, cerca de 47 milhões de jovens no país estudam em escolas da rede pública de ensino, sofrem com a defasagem nos conteúdos e muitos não ingressam, assim que saem do ensino médio, nas universidades.

Desses jovens de 15 a 29 anos, somente 11% estão matriculados na educação profissional, número bem abaixo da média de países que integram a OCDE (44%), segundo dados do relatório Education at a Glance, que avalia dados e políticas educacionais. Com a taxa de desemprego ainda elevada para essa população (18%), de acordo com dados do IBGE, esses jovens, sem acesso às oportunidades com respaldo de políticas públicas para a inclusão produtiva no mercado de trabalho, são empurrados para o mercado informal.

É nesse cenário que as organizações do terceiro setor buscam preencher essas lacunas para oferecer oportunidades de formação para que esses jovens desenvolvam seu potencial e se tornem

cada vez mais protagonistas da sua história. As organizações formam profissionais não apenas em conteúdos técnicos, mas também comportamentais, pois ensinam práticas e vivências corporativas do dia a dia, além de proporcionar novas perspectivas para esses talentos em formação.

A formação de jovens também contribui positivamente para o cenário socioeconômico. É um dos setores da economia que podem se beneficiar diretamente do investimento e do apoio a organizações que capacitam jovens por meio de cursos de formação profissional é a área da tecnologia, que, nos próximos cinco anos, pode sofrer com um déficit de mais de 500 mil profissionais qualificados, segundo estimativas do setor.

Nesse caso, assim como de outros setores da economia, apoiar projetos educacionais verdadeiramente especializados em tecnologia é uma maneira de suprir essa demanda. As ONGs têm a expertise para realizar uma qualificação adequada, mas é preciso que as empresas abram as portas para esse jovem talento e sejam pontes para oportunidades.

Entretanto, para ter um impacto efetivo, precisamos de políticas que articulem ações de governo, setor produtivo, universidades e sociedade civil e atendam amplamente a juventude, principalmente aqueles vindos da rede pública, que correspondem a quase 90% dos jovens brasileiros.

A educação profissional precisa ser encarada como uma ferramenta potente de investimento social que impacta não só os jovens, mas toda a sociedade. Pensando, assim, o S do ESG para

além de ações pontuais, e o tratando como uma estratégia de longo prazo. Os projetos sociais que atuam na formação de jovens entregam muito além de futuros profissionais. Esses projetos ajudam a desenvolver novos talentos ao mesmo tempo em que atendem às demandas ESG das empresas.

Os jovens estão disponíveis para ser a solução contra os chamados apagões de talentos. Basta oferecer a eles a oportunidade de aprendizagem e qualificação técnica e profissional. Com isso, podem conseguir um trabalho, ajudar suas famílias e, só a partir daí, poderão dar continuidade aos estudos, buscando uma formação universitária, por exemplo. Não fazem sentido as exigências curriculares que as empresas ainda fazem para contratá-los. Primeiro é preciso oferecer para, depois, cobrar.

É urgente rever o papel cidadão das empresas ao abrirem oportunidades a esses jovens. Elas precisam ser produtivas e contribuir para o desenvolvimento deles. Virou vício culpá-los por falta de perspectivas, chamá-los de “geração nem-nem”, mas a verdade é que nem as políticas públicas nem a iniciativa privada oferecem chances reais para essa inclusão.

Na expectativa do ano que começa, é preciso que as empresas avancem na agenda social assumindo um compromisso com a educação, oferecendo oportunidades reais aos jovens. Eles são o futuro, e não há como pensar em um amanhã sem investir nos próximos talentos hoje. Sua empresa já se planejou para aumentar as oportunidades para os jovens em 2024?